

HÁ QUINHENTOS ANOS

Rui Rasquilho

Vasco da Gama nasce em 1469, na Vila Costeira de Sines, ainda durante o reinado de D. Afonso V. No mesmo ano, nascia em Alcochete D. Manuel, cunhado de D. João II e futuro rei de Portugal. Também nesse ano, contraíram matrimônio D. Isabel I de Castela com D. Fernando II de Aragão e Secília.

É um ano de abrandamento na empresa dos descobrimentos portugueses. A Coroa concessionaria o comércio da Guiné a Fernão Gomes e o rei D. Afonso V, fiel ao espírito de cruzada, inicia com disponibilidade plena a segunda campanha no Algarve de Além-Mar, conquistando as praças de Arzila pela força das armas e Tânger pela força do medo, em 1471.

Nesta empresa, acompanha-o o Infante D. João, apenas com dezesseis anos. Não foi fácil para o jovem participar da conquista, já que o Conselho do Rei preferia que o herdeiro não se expusesse a perigos desnecessários. O Príncipe tinha, todavia, grande influência junto do pai que acaba por lhe ser favorável na pretensão de o acompanhar.

No Atlântico, progride-se lentamente. Descobre-se Fernão Pó, São Tomé, Príncipe e Ano Bom. Os portugueses eram capazes, desde algum tempo, de seguir uma rota até qualquer lugar, regressar ao Tejo e refazer a viagem as vezes que fossem necessárias.

A partir de 1474, o Infante D. João, já casado com D. Leonor, sua prima direita, assume a direção da política atlântica, controlando os descobrimentos. Será sob sua orientação que os navegadores portugueses dominarão cada vez mais corretamente o espaço do mar oceano.

Entretanto, em 1479, logo após a morte de Henrique IV, irmão de Isabel, opera-se a união dinástica entre os reinos de Castela e Aragão e assina-se o Tratado de Alcaçovas, resolvendo os problemas luso-castelhanos do *interland* ibérico, mas fixando, sobretudo, os limites nas possessões ultramarinas de ambos os reinos, sendo também pioneiro nas relações jurídico-diplomáticas entre Portugal e Espanha.

No território peninsular, nos tratados de paz de Alcaçovas e Toledo, acordou-se, nas terçarias de Moura, sobre o problema da questão dinástica da herdeira de Henrique IV de Castela, D. Joana, a Beltraneja, considerada pela nobreza que rodeava o rei como ilegítima herdeira da Coroa. Apoiavam os nobres D. Isabel, irmã do rei Henrique e futura rainha católica, como legítima sucessora.

Isabel ganhará a luta e Portugal tal como a França que se haviam imiscuído no problema embora por razões distintas retirem-se de cena.

Na partilha marítima, Castela adquire definitivamente a soberania sobre o arquipélago das Canárias e Portugal o direito à conquista do Reino de Fez em Marrocos . Caberão também à Portugal os “resgates da Guiné” com o seu ouro, e “quaisquer outras ilhas (...) terras descobertas e por descobrir determinadas e por determinar”.

Também o arquipélago da Madeira, incluindo a Deserta bem como ainda todas as ilhas a sul das Canárias e até à Guiné, mesmo as ainda não descobertas ficariam sob soberania portuguesa, resolvida ficou também a questão das pescarias atlânticas com vantagens para Portugal.

Sendo o inimigo tradicional de ambos os reinos peninsulares os povos de cultura arabo-muçulmana este instrumento é uma forma jurídica de legitimação da cruzada mundial a partir da Ibéria Católica, e ao mesmo tempo de aceitação pela Espanha do avanço português nas navegações Atlânticas.

O tratado de Alcaçovas será ratificado em Abril de 1480 em Toledo por Isabel I e Fernando II e em Évora, por D. Afonso V e pelo Príncipe João seis meses depois.

O processo de reforço jurídico do tratado completa-se com a publicação da Bula Aeterni Regis pelo Papa Sisto IV a 21 de Junho de 1481 que torna inequívoca a “Soberania” lusa nos mares da Guiné. Um ano depois inicia-se a construção da feitoria, Castelo de São Jorge da Mina, de cuja armada que para lá levou homens e pedras, participou o jovem Cristóvão Colombo.

Os dois Estados peninsulares iniciam a partir de agora uma nova relação. Pela primeira vez existe um instrumento jurídico bilateral sancionado pelo Papa que valida o descobrimento e abre o caminho ao estabelecimento estratégico da soberania das duas coroas ibéricas efetivado pelo lado português com a construção de feitorias fortificadas e colocação de padrões ao longo da costa Africana, um dos marcos de posse mais importantes foi o que Diogo Cão gravou nas pedras de Iaiala alguns quilômetros para o interior da foz do rio Zaire em 1483, onde para além das armas do rei D. João II ficaram registados os nomes dos principais exploradores dessa frota de descobrimento.

Por outro lado, embora os casamentos entre membros das casas reais e senhoriais Ibéricas fossem desde sempre prática habitual, os matrimônios re-

ais vão agora assumir uma papel político complementar dos tratados e posicionar-se como garantia do seu cumprimento.

O casamento em 1490 da princesa Isabel de Castela filha mais velha dos reis católicos, com o malogrado príncipe herdeiro de Portugal D. Afonso é um claro exemplo destes casamentos por conveniência de Estado.

Infelizmente o príncipe deixa Isabel viúva em 1491 com graves reflexos, quer na política interna do reino, quer no progresso das navegações.

A decidida opção pela rota do Cabo no caminho do Índico, para alcançar a costa do Malabar após a viagem de Bartolomeu Dias em 1487 em que logra passar além do Cabo da Boa Esperança terá sido o último grande acontecimento da política marítima de D. João II. Colombo terá assistido as reuniões entre o rei e Bartolomeu Dias partilhando por isso os segredos do Atlântico do mais alto nível. Desta viagem surge em 1489, por encomenda lusa o mapa de Henricus Martellus, precioso documento sobre as viagens portuguesas no Atlântico Oriental. Colombo não tardará a preferir Toscanelli e as Antilhas "Asiáticas".

Fernando II decide, entretanto, que a conquista do reino de Granada e a consequente finalização da reconquista Cristã Ibérica seria o objetivo prioritário da sua política. É certo que desde os anos 80 tal empresa figurava nos seus planos, mas será só em Janeiro de 1492 que os recém constituídos exércitos de Espanha logram a rendição da administração do último reino muçulmano da península.

Colombo, que vivia em Espanha havia seis anos, vai poder agora encontrar as condições necessárias na corte Espanhola para executar o seu projeto de chegar à Índia das especiarias, navegando para Ocidente. Este mesmo projeto, como é sabido, fora apresentado a D. João II, que o não achara oportuno. A 11 de Outubro de 1492 Cristóvão Colombo chega às Antilhas, à ilha de Cuba após quase dois meses e meio de viagem.

Castela entra na corrida Atlântica. A Espanha procura a Índia das especiarias por Ocidente.

O Papa Alexandre VI nomeia, entretanto, um Núncio único junto de Fernando e Isabel reconhecendo de fato a união das coroas de Castela e Aragão e oferece aos soberanos o título de Católicos a que virão a fazer triste jus no desrespeito das juradas promessas de não interferirem na religião praticada pelos granadinos que haviam permanecido em Espanha após a queda do reino de Boabdil. Atitude semelhante irão ter com os judeus, perseguidos e atormentados pelo inquisidor — geral Torquemada, afinal uma antevisão do que aconteceria poucos anos depois no Portugal de D. Manuel I.

Desde 1487 os portugueses sabiam que o continente africano era contornável pelo sul, portanto chegar a Índia pelo Oriente era apenas uma questão de tempo. Alguns autores defendem mesmo que D. João terá ordenado a preparação de uma armada e pensado em Vasco da Gama, um jovem de 18 anos no regresso de Bartolomeu Dias do Cabo da Boa Esperança, para seu comandante.

Esta decisão, se existiu, terá sido posterior a 1492, quando Colombo a bordo da Nina entra a 4 de Março na barra do Tejo no regresso da primeira viagem às Antilhas de Toscanelli .

Bartolomeu Dias comandava nessa época a nau “Almirante” que defendia a barra do Tejo. Dias sobe a bordo do navio de Colombo eventualmente para o interrogar e, ou porque o rei o entendeu, ou porque as informações não podiam deixar de lhe ser comunicadas, a verdade é que Colombo irá, a 9 de Março, ao termo de Santarém, à Vila de Azambuja, para ser recebido em audiência por D. João II.

Nessa reunião o rei declara a Colombo que segundo o disposto no Tratado de Alcáçovas as terras recém descobertas pertenciam a Portugal e não aos reis da Espanha. Colombo responde à D. João que as ordens que tinha eram as de não navegar nas águas da mina e da Guiné e que ele havia rigorosamente cumprido essas determinações de Fernando e Isabel. A guerra entre Portugal e Espanha esteve por um fio. D. João perante a posição espanhola ordena a preparação de uma armada. Espanha faz outro tanto concentrando a armada de Biscaia no Estreito de Gibraltar. No meio deste cenário belicoso Colombo volta rapidamente às Antilhas de onde regressa a 12 de Outubro de 1493 tornando-se Almirante, Vice-Rei e Governador das Índias de Fernando e Isabel, que agora se intitulam os Senhores do Oceano.

A concorrência Luso-Espanhola atinge o auge pela disputa de terras no além-mar quatrocentista. Mais do que nunca será a via diplomática a mais importante vertente política que conduzirá as relações entre os dois Estados Peninsulares.

Os reis católicos apressaram-se a pedir ao Papa Alexandre VI que defina uma nova delimitação do Oceano, pois provado que estava ser a paralela de Alcáçovas insuficiente; lembremos a conversa de D. João II com Colombo, o melhor seria estabelecer uma meridiana que separasse Ocidente e o Oriente dando a Castela a posse das “Índias”.

Entre 1493 e 1494 num curtíssimo espaço de tempo emitiram-se cinco bulas relativas a este problema sendo de entre todas, a mais importante, a denominada INTER CAETERA, que doutrinava no sentido da soberania sobre o mar e sobre a terra para os atuais reis de Castela e Leão e seus descendentes, perpetuamente.

Se no texto de Alcáçovas o rei de Portugal se antecipara com as terras e os mares da Guiné, os Reis Católicos tomavam agora a dianteira nas Índias do Atlântico Ocidental, embora apenas baseados na autoridade de uma bula que ignorava um tratado anterior.

A 4 de maio de 1493 numa outra bula com a mesma denominação precisa-se a demarcação já insinuada para o Senhorio das Índias “concedemos todas as ilhas e terras firmes descobertas e por descobrir achadas e por achar para o Ocidente e meio-dia fazendo e constituindo uma linha desde o Pólo

Ártico, isto é, o norte, até o Antártico, ou seja, o meio dia(...) essa linha dista de qualquer uma das ilhas que se chamam vulgarmente os Açores e Cabo Verde em léguas para o Ocidente e o meio-dia.

D. João II propõe uma pausa na exploração atlântica para ocidente para que ficasse claro o que a cada um pertencia. Era evidente a necessidade de reformulação do texto de Alcáçovas pois era inaceitável para Portugal o conteúdo estabelecido nas bulas unilaterais expedidas por Roma.

A elaboração de um novo texto de valor Jurídico-diplomático, que ultrapassasse a conversa de surdos com que terminavam todas as conversações informais até aí realizadas, tornava-se inadiável.

Acorda-se finalmente na realização de um encontro de alto nível com vertentes técnica e diplomática a realizar em Tordesilhas durante o mês de Março de 1494 sem intervenção do Vaticano.

A Comissão Mista trabalhou durante três meses e finalmente a 7 de julho chegou-se uma redação aceite por ambas as partes. O extraordinário do documento é que o seu conteúdo ignora qualquer outra nação do mundo relativamente à política do "Descobrimento". O Tratado de Tordesilhas assinado ainda em vida de D. João II consegue fazer valer a proposta portuguesa das 370 léguas a Ocidente da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde para a divisão meridiana do mundo.

Os técnicos da delegação portuguesa de entre os quais se destaca o cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira demonstraram conhecer melhor o espaço Atlântico do que os espanhóis, que não puderam sequer contar com os conhecimentos técnico- práticos de Colombo, ocupado com a sua 2ª viagem.

A 2 de Julho de 1494 os reis católicos ratificam o Tratado; a 5 de Setembro de 1495 em Setúbal D. João II fará o mesmo. O rei já doente quando da ratificação de Tordesilhas morre sem que consiga impor o seu filho bastardo, D. Jorge, como sucessor. A rainha D. Leonor ganha a guerra política e impõe ao marido a designação de D. Manuel, seu irmão, como sucessor. D. João II designa D. Manuel em testamento no leito de morte como herdeiro da coroa.

D. Manuel I tem 26 anos quando sobe ao trono; dois anos volvidos contrairá casamento com a princesa viúva, a sua sobrinha por afinidade Isabel de Castela. O cumprimento das decisões de Tordesilhas ficam amarradas a um novo matrimônio de Estado.

Desta união irá nascer, morrendo de parto sua mãe, em 1498 D. Miguel da Paz, herdeiro de todas as coroas da Península.

O príncipe morrerá e D. Manuel casará em segunda núpcias com a mãe de Isabel, D. Maria de Castela, mãe do futuro D. João III, mantendo-se assim a ligação familiar a Espanha.

O Período que decorre entre 1492 e 1509 pode considerar-se como a década das navegações oceânicas e o ano de 1498 como o das viagens de explora-

ção e descobrimento, todas elas realizadas no respeito por um quadro jurídico-diplomático acordado pelos dois reinos ibéricos.

Em 1492 Colombo descobre as grandes Antilhas.

João Fernandes e Pedro de Barcelos terão chegado ao Labrador.

Em 1493 Colombo descobre a Jamaica e as pequenas Antilhas.

Em 1497 Jean Cabot ao serviço dos ingleses atinge o Labrador.

Em 1498 Colombo descobre Trindade e a Costa da Venezuela.

Duarte Pacheco Pereira viaja até a Ilha de Marajó no Brasil e Vasco da Gama realiza a primeira viagem por mar entre Lisboa e Calecute na costa do Malabar.

Em 1499 Gaspar Corte Real viaja até a Flórida.

Pinzon explora a costa das Guianas e a foz do Amazonas.

Juan de la Cosa explora a costa da Venezuela e

Juan Sólis a região das Honduras.

Em 1500 Cabral descobre oficialmente o Brasil na região de Porto Seguro, e o rei D.Manuel contrai novo casamento com D.Maria de Castela, 2ª filha dos reis católicos e mãe do futuro rei D.João III.

Em 1501 Gaspar Corte Real navega na costa da Terra Nova.

Em 1502 Colombo efetua a sua 4ª viagem.

Em 1509 o português Fernão de Magalhães ao serviço de Espanha inicia a volta ao mundo.

A realização de todas estas viagens em tão curto espaço de tempo significa que a arte de navegar em navios à vela nos mares desconhecidos é dominada pelos reinos ibéricos, que procuram agora descobrir novas terras, estabelecer novos mercados, iniciar processos de soberania e colonização. Protegidos que estão por um tratado bilateral que não só ignora os direitos das outras nações do mundo como estabelece o direito de posse sobre o território que nem se imagina quais são ou sequer se existem.

É neste quadro que se realiza a primeira das três viagens que Vasco da Gama fará á Índia das Especiarias.

Quando o capitão-mor Vasco da Gama sai a barra do Tejo a 8 de Julho de 1497 com seu irmão mais velho Paulo da Gama e Nicolau Coelho comandando os dois outros navios da frota que ia procurar alcançar a Índia, a cultura marítima portuguesa era Atlântica.

Os 200 marinheiros que constituíam as tripulações se ,porventura, já tinham participado de alguma outra aventura oceânica, ela fora a caminho das ilhas, no meio do Atlântico ou nas viagens de comércio e exploração da Costa Ocidental da África.

Há dezenas de anos que a geografia e os povos do Atlântico oriental eram para os portugueses do séc. XV uma realidade apreendida.

Os limites da viagem de 1498 até ao do Infante, claramente registado na carta marítima de Henricus Martellus bem como toda a

toponímia da Costa Africana eram referências familiares aos pilotos da coroa portuguesa.

O espaço da carta desenhada de 1489 por Martelus é o espaço português.

Conhecimentos de navegação astronômica a manipulação de tábuas náuticas, astrolábios e balestilhas eram nesta altura tão banais quanto a bússola nos tempos do Infante D. Henrique. A cartografia torna-se um precioso auxiliar de registo do mundo como logo depois o serão os roteiros de viagem.

Graças à navegação astronômica Colombo consegue por isso navegar para Ocidente ao longo do paralelo 20 e com alguma sorte encontrar ilhas do Caribe. Gama encontrará facilmente o Cabo da Boa Esperança depois da escala em Santa Helena; ambos os navegadores tem por detrás uma experiência marítima adquirida ao longo de dezenas de anos. A cultura atlântica de Colombo e de Gama é a mesma, a Lusitana. Colombo escolheu a insegurança do sonho, Vasco da Gama a certeza da realidade. Ambos contribuíram para a revolução das mentalidades quinhentistas.

Na frota de Vasco da Gama havia um quarto navio carregado de mantimentos que era comandado por Gama do Nunes e o qual foi abandonado antes da aventura marítima do Índico e até Cabo Verde uma caravela comandada por Bartolomeu Dias acompanhou a pequena armada.

Passam agora quinhentos anos sobre as consequências da viagem de Bartolomeu Dias, o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, das especiarias pela rota do cabo por três naus e uma caravela da que viria a ser 1^a frota da Índia.

Depois de Cabo Verde os navios rumaram para sudoeste para navegarem nas correntes e nos ventos que arduamente sucessivos marinheiros aprenderam durante dezenas de anos a conhecer no Atlântico até entrarem no Índico “desconhecido” das rigorosas monções, no conhecido mar das especiarias.

A viagem de Vasco da Gama oferece à Europa uma situação comercial nova. Ao percurso mediterrânico sucede o percurso pela Boa Esperança. Os portugueses tornam acessível à Europa o mercado das especiarias, até aí nas mãos dos muçulmanos, que através da Arábia e do Egito as forneciam às Repúblicas Italianas seguindo daí para o resto da Europa.

No início de quinhentos as consequências desta nova rota não eram ainda perceptíveis mas rapidamente se entendeu que havia uma transformação em curso.

Vasco da Gama vai encontrar na costa oriental da África os núcleos civilizacionais de que recebera informação na seqüência das viagens exploratórias por terra de Pero de Covilhã e Afonso de Paiva.

O roteiro de Álvaro Velho é uma preciosa fonte primária para entender este encontro cultural por vezes doloroso. No fim da viagem o Samorim de Calecute representa porventura o maior desentendimento diplomático de Vasco da Gama e os templos hindus do seu reino, o maior

equivoco dos portugueses. Neles julgaram encontrar no Malabar a evidência da existência de outros cristãos.

Deste confronto com os novos mundos, a Índia é um deles, resulta uma diversidade de problemas que os portugueses terão de tentar resolver num período muito curto e mantendo sempre intacta a fonte comercial local.

A pimenta do Malabar introduzida no Brasil no séc. XVI, o gengibre das Molucas que trouxemos para São Tomé e mais tarde para o Brasil, o cravinho de Ternate, a mais cara de todas as especiarias ao tempo de Vasco da Gama, que virá para o Brasil em meados do século XIX. A Canela de Ceilão, que os jesuítas trarão para o Brasil nos primeiros anos da centúria de quinhentos, apenas mudaram de mãos no transporte para a Europa.

Lisboa substitui de um golpe as Repúblicas Italianas.

O século XVI será por excelência o do contacto com mundos novos, conhecidos e desconhecidos. A Índia e logo depois Malaca e as Molucas, a China e o Japão trarão crescentes dificuldades ao reino e construirão uma nova relação de Portugal com a Europa.

O Reino do messiânico D.Manuel I é um Estado fornecedor de notícias de regiões que, embora já fossem conhecidas há mais de mil anos, eram agora visitadas. Novas atitudes culturais vão surgir destes contactos. Os relatos de viagem e as peças de arte local criarão na Europa um fascínio novo pelo Oriente que envia para a Europa navios sucessivos a abarrotar de produtos em quantidades nunca vistas, enquanto a Ásia também verá, porventura pela primeira vez, produtos de origem europeia.

Vasco da Gama, o Conde da Vidigueira, irá três vezes à Índia, a segunda para vingar ultrajes do Samorim aos homens de Cabral, a última já no tempo de D.João III como "Governador Justiceiro" da Administração portuguesa.

O espaço português, já não era só o dos tratos da Guiné e das ilhas do Atlântico, crescera no Brasil, firmara-se na Ásia, dialogara com a Europa e desse espaço eminentemente económico construído em permanente confronto com o mundo muçulmano surge uma nova espiritualidade e uma cultura prática inspirada na manipulação dos recursos tecnológicos com que aprendemos a navegar nos mares do mundo.

Graças a Vasco da Gama a Índia — onde ele morrerá na véspera de Natal de 1524, três anos após o rei D.Manuel — alterou o ritmo da política do reino, já que o mercado das especiarias impunha a rapidez do transporte marítimo intercontinental para satisfação da procura crescente dos mercados europeus da especiaria agora intermediados por Portugal.

A viagem de Vasco da Gama realizada na época em que Colombo circulava na falsa Índia iria provocar em Portugal e na Europa uma abertura ao Oriente, a compreensão dos seus habitantes e aos seus costumes, abrindo um processo direto de encontro, já que os produtos europeus também chegaram ao Oriente por navios de carreira da Índia. Por via desta permeabilização cria-

ram-se novas profissões, novos quadros aptos ao discurso oriental, novas línguas e disposições culturais com correspondência ao tremendo investimento econômico aplicado neste novo mercado.

O Índico foi sempre de difícil entendimento para a administração da época, por isso para além dos confrontos entre os que desejavam as viagens e os que a elas se opunham, houve na administração da Índia, ao longo dos anos, os que entenderam a realidade do complexo quotidiano do Índico e do Malabar e os que nunca foram suficientemente flexíveis à sua compreensão e consequente funcionalidade das relações.

Foi sempre assim a construção da nossa expansão, lembremos a oposição de D. Pedro a seu irmão D. Henrique na primeira metade do séc. XV.

Vasco da Gama, de quem sabemos pouco, foi um adepto da privatização do comércio em oposição à estratégia estatal de Albuquerque, que pretendia controlar o mar das especiarias desde Adem à Malaca e, se fosse possível, levar a ação de controle político as últimas consequências conquistando Jerusalém.

O “império” acabaria afinal com a ruína das fortalezas da coroa ao longo de quase quinhentos anos de presença portuguesa nas várias Índias lusas. Como diria Subrabmanyam: “Não há uma presença portuguesa, mas várias presenças”.

Bibliografia

- Fonseca Luís Adão — 1998, *Vasco da Gama o Homem, a Viagem, a Época*.
Bondon Geneviève — Fayard, Paris, 1997, *Vasco da Gama*
Mendonça Manuela — Estampa, Lisboa, 1991, *D. João II*
Barreto Luís Filipe — Incos, Lisboa, 1988, *Portugal Pioneiro do Diálogo Norte-Sul*
Colombo Cristóvão — Maspero, Paris, 1981, *La Découverte de L’Amérique*
Journal de Bordo